

5 Aposos finais - conclusão

A pesquisa realizada no projeto Dando Bola Para a Vida da ONG Se Essa Rua Fosse Minha e a sua relação imagética com o circo trouxe para mim a questão de como a educação pode lidar com a identidade.

E é justamente na reflexão e no estreitamento da relação entre o indivíduo e o seu contexto social que o Se Essa Rua Fosse Minha, no projeto Dando Bola pra Vida, vai desenvolver seu projeto pedagógico que é, a meu ver, de fundamental importância para se pensar a identidade precisamente como relação entre o indivíduo e o seu contexto social.

Peter Berger e Thomas Luckmann afirmam:

A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. (...) Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. (BERGER; LUCKMANN, 2000, p. 228)

Apesar de a utilização do termo *cristalizada* ser controversa, o trecho acima aponta para o fato de que existe uma relação *dialética* entre o indivíduo e o social. É nessa relação que a subjetividade irá se desenvolver. São duas partes que constituem, de forma relacional, um todo.

Como no diálogo há (pelo menos) dois *logoi* que se contrapõem entre si, na dialética há igualmente dois *logoi*, duas ‘razões’ ou ‘posições’ entre as quais se estabelece precisamente um diálogo, isto é, um confronto no qual há uma espécie de acordo no desacordo – sem o que não haveria o diálogo -, mas também suscitava mudanças de posição induzidas por cada uma das posições “contrárias.” (MORA, 2000, v. 1, p. 718 e 719)

Na *dialética*, encontramos a idéia de movimento, da inter-relação entre as partes. O contexto sócio-cultural influencia o indivíduo, assim como o indivíduo influencia o contexto sócio-cultural no qual está inserido. Por mais que algum

indivíduo reproduza elementos oriundos de sua inserção social, esses elementos serão internalizados, sofrendo alterações e reelaborações causadas por particularidades subjetivas deste indivíduo. E quando esse mesmo indivíduo interage com o social, ele também o influencia, transformando-o a partir de suas particularidades subjetivas, que, por sua vez, por conta desse mesmo processo, já não são mais as mesmas, pois já sofreram interferências. Esse fluxo altera o todo porque altera também as partes que o constituem. Os constituintes constituem e são constituídos no ato de constituição.

Na maneira de se articularem e de constituírem uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam, caso permanecessem fora do conjunto. (KONDER, 1999, p. 38)

Cada um desses elementos seria diferente do que é se não fosse essa estreita relação entre ambos. Para Marx, essa totalidade formada pelas partes inter-relacionadas não é estática nem fechada. Ao contrário, ela é aberta e está em constante “transformação” e assumindo novas formas a cada momento. “(...) ao atuar sobre a natureza exterior, o homem modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MAX apud KONDER, 1999 p. 52). Marx enfatiza a questão da “transformação” que está presente tanto nas partes como na integralidade.

Carla Araújo (2001), em seu artigo intitulado “As Marcas da Violência na Constituição da Identidade de Jovens da Periferia”, define bem o que seria a identidade dentro deste contexto dialético.

Já no que concerne à identidade, buscou-se entendê-la como conjunto de imagens e representações, conceitos de si, sendo considerado, especialmente, o caráter dialético de sua construção, a saber, a importância da alteridade nesse processo. (...) Por ser dialética, além de determinada, a identidade é também determinante, pois o jovem tem um papel ativo, quer na construção desse contexto a partir de sua interação, quer na sua apropriação. (ARAÚJO, 2001 p. 3)

Os termos determinante e determinado, incluídos por Carla Araújo no debate sobre identidade, são fundamentais para a compreensão da relação dialética que se estabelece entre o indivíduo e o seu grupo. Ao mesmo tempo em que o contexto determina a esfera individual, é também determinado por ela. A forma como o indivíduo age e reage ao meio social gera transformações nele e no meio.

Não existe outra forma de se pensar a questão da identidade cultural sem compreendê-la como um todo constituído de partes que se influenciam entre si. Como também não se pode entender a identidade sem entender o contexto social no qual esta identidade está inserida. E, mais ainda, não se pode entender nenhum dos dois sem que se entenda o fluxo que existe entre ambos e que é capaz de modificá-los.

A respeito disto, afirma Gilberto Velho:

(...) a construção de identidades básicas subordina-se a constelações culturais singulares e conjuntos de símbolos delimitáveis. O que está em jogo é um processo histórico abrangente, e a dinâmica das relações entre sistemas culturais com repercussões na existência de indivíduos particulares. (VELHO, 2003, p. 39)

Quando Gilberto Velho fala da dinâmica na construção da identidade, refere-se justamente à dialética que está posta entre o indivíduo e a cultura na qual está inserido. Tanto existem repercussões dos *sistemas culturais*, usando o termo de Gilberto Velho, nos indivíduos particulares, como esses indivíduos particulares também causam repercussões nos seus respectivos *sistemas culturais*.

Perceber essa dialética é fundamental para a percepção da relação entre a “autonomia” e a “reciprocidade”. Apesar de serem categorias distintas e cada uma ter suas especificidades, as duas são interligadas e fundamentais na construção e *negociação identitária*. Cláudio fala da dialetização desses conceitos:

São duas categorias que podem ser úteis para atender os desejos do Se Essa Rua. (...) E o Circo Social é um conceito que é interessante, porque ele coloca uma relação dialética entre reciprocidade e autonomia. Você não pode entender uma só, ou outra só. Às vezes parece que uma vai negar a outra, e, na verdade, tem uma relação dialética. É muito interessante.

Aliás, são conceitos dialéticos justamente porque dizem respeito à relação entre o indivíduo e o social. Cláudio insere o debate a respeito da “autonomia” e da “reciprocidade” em uma relação entre o “eu” e o “nós”.

Aí é que está essa relação que você falava de autonomia e reciprocidade. Eu percebo naturalmente que não posso fazer nada disso sem aquilo tudo que está acontecendo e aquilo tudo é o ‘não eu’. Mas aquilo tudo que está acontecendo não pode acontecer sem mim, sem outros iguais ‘eu’. Então aquilo é o ‘eu’ também. (...) Só pelo fato da maneira que se coloca a

proposta: aberta, pouco escolarizada, permitindo espaço de convivência, espaço de criatividade, espaço de brincadeira, espaço de investigação cotidiana, o que coloca é que o centro desse ‘eu’, dessa minha forma de estar no mundo, ele se desloca um pouco. Ele se descola para um ‘nó’”. Isso é restaurador, isso é uma mudança radical.

Para possibilitar um olhar mais aprofundado acerca do trabalho desenvolvido, no que tange às identidades, torna-se fundamental analisar tanto a “autonomia” como a “reciprocidade” isoladamente, para depois perceber a relação entre elas.

Encontramos o conceito “autonomia” tratado no texto “Metodologia do Circo Social do SER”. A instituição afirma que o princípio da “autonomia” é “a possibilidade de fazer escolhas e caminhar no ritmo de seu próprio desenvolvimento” (METODOLOGIA..., p. 4). Para que se possa caminhar no seu próprio ritmo, é preciso, antes de qualquer coisa, que se saiba qual é o ritmo particular a cada indivíduo. O auto-conhecimento e o conhecimento alheio, por parte dos “educadores”, é importante para o desenvolvimento da “autonomia”. Não se pode iniciar a ação educativa sem antes conhecer os educandos. É preciso saber quem são, quais são suas identidades, quais são suas construções histórico-sociais, o que gostam e não gostam, quais são as habilidades que já possuem. De acordo com o texto “Conceitos Norteadores da Proposta Metodológica”, a proposta metodológica do SER leva em conta o afloramento “dos saberes e competências dos educandos” (CONCEITOS..., p. 2), dos conhecimentos que já possuem.

O Se Essa Rua Fosse Minha procura conhecer as identidades das meninas e dos meninos que participam do projeto Dando Bola Para a Vida, pois é a partir do “saber da criança” que toda a ação educativa é formulada e toda a interação social desenvolvida. Isso está presente na documentação da ONG, além de ser perceptível em muitos momentos no dia-a-dia das observações. Os “educadores” procuram conhecer os participantes e seus interesses, ir às suas casas, conhecer suas famílias e, principalmente, não parecem demonstrar um menosprezo pelas contribuições trazidas por eles no decorrer das aulas. Ao contrário, existe uma constante valorização do que trazem, mostrando interesse pelas suas vivências e expectativas.

A utilização do “lúdico”, que aparece tanto nas entrevistas como no transcorrer das atividades realizadas, é uma forma de valorizar as identidades

juvenis e infantis em suas especificidades. Os meninos e meninas participantes do projeto não são tratados como adultos e sim como crianças e jovens que são.

Conhecer quem são os educandos é essencial dentro da perspectiva de construção da identidade trazida por Gilberto Velho. Ele coloca a *memória* como sendo um elemento constitutivo da identidade. A biografia e a história de vida são de suma importância na constituição do que o indivíduo é no presente. A partir desse conhecimento do passado e do presente dos meninos e meninas é que a ação educativa se estabelece de modo a propiciar futuros aprendizados e elaborações de *projetos* de “transformação”. Gilberto Velho afirma:

A consistência do *projeto* depende, fundamentalmente, da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar um *projeto*. (VELHO, 2003, p. 101)

O SER não coloca os seus participantes como esvaziados de vivências e conteúdos. Considera-os como indivíduos que possuem experiências anteriores, possuidores de uma construção histórica específica. O trabalho desenvolvido por eles se respalda nessa premissa. Relembrando a citação da entrevista com o “educador” Nego da Bahia⁶ vemos que os “educadores” procuram desenvolver as aulas de modo a “aproveitar a criança”. O termo “aproveitar” sugere que já existe algo dentro da criança que pode ser expandido e não que a educação vá partir do nada. É também, em última instância, o aproveitamento da sua construção histórico-social.

A preocupação com o resgate da *memória* e com a percepção da identidade presente não deve ser apenas uma preocupação metodológica, como ponto de partida da ação educativa. Mas deve, também, incorporar a possibilidade de que esses meninos e meninas possam, de forma “autônoma”, ser capazes de descrever o seu passado e o seu presente. A educação deve permitir que os seus educandos sejam autores da suas *narrativas*, como fala Marisa Vorraber Costa no trecho abaixo:

⁶ Ver citação na página 51.

Mas o que podemos e devemos reivindicar é o direito dos grupos e dos indivíduos de descreverem a si próprios, de falarem do lugar que ocupam, de contarem sua versão da história de si mesmos, de inventarem as narrativas que os definem como participantes da história. (COSTA, 2001, p. 50)

Na escrita de Vorraber, evidencia-se sua preocupação de que cada pessoa ou grupo social descreva-se a si próprio. É a *narrativa* feita que atribui estatuto de verdade a realidades específicas. A “autonomia” desempenha um papel importante nesse processo de *narração*, pois é preciso que cada indivíduo e cada grupo social possam ter a liberdade de optar pela forma que melhor considere ser a sua. A *auto-narração* é também uma luta contra a imposição identitária.

Poder se definir e se *narrar* coloca os indivíduos na posição de sujeitos da sua própria história, da sua *memória* e da sua identidade. O Se Essa Rua trabalha, como já foi dito, com a categoria de “protagonismo juvenil”. Eles percebem que os meninos e meninas que participam do projeto Dando Bola Para a Vida devem ser ativos na construção de suas identidades e dos seus *projetos* futuros. A “autonomia” se relaciona diretamente com essa idéia.

Para o desenvolvimento desse “protagonismo” e dessa “autonomia”, o SER baseia sua metodologia na possibilidade e na necessidade de se fazer escolhas. Do início da aula até o final, os participantes do projeto têm inúmeras oportunidades de fazer escolhas. Eles decidem seus pares nas atividades em grupo, as regras, as atividades que desejam participar e decidem também até que limites desejam ir.

Dentro da lógica presente no projeto Dando Bola Para a Vida, propõe-se uma “liberdade de experimentação”. Existe a intervenção dos “educadores”, é claro, mas sempre a partir dessa liberdade de escolha e não contra ela. A intervenção se dá nas atividades circenses, quando os “educadores” dão alguma dica de como fazer melhor algum exercício, ou nos debates sobre assuntos relacionados à realidade vivida pelos meninos e meninas, em que os “educadores” lançam questionamentos. A idéia dos questionamentos é levá-los a repensar sua realidade de forma mais crítica e “autônoma”.

Para o desenvolvimento da “autonomia”, é fundamental que os “educadores” não se imponham de forma autoritária dentro da relação ensino-aprendizagem. Eles não podem se supor superiores, nem detentores de todo o conhecimento, pois é da imaginada percepção da inferioridade do outro que surgem

relações sociais demarcadas pela desigualdade e pela hierarquização. Paulo Freire defende a idéia de que as relações não devem ser hierarquizadas para que os indivíduos possam se *assumir*. Para ele, o ato de se *assumir* compreende ser o que realmente se é, e não o que outros desejam e impõem que se seja. Paulo Freire coloca em questão, sob a nomenclatura de se *assumir*, a identidade. E na construção desta identidade, está presente o outro, como se percebe no trecho abaixo:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos como o professor ou a professora ensinam a experiência profunda de assumir-se. (...) a assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu” ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade do *eu*. (FREIRE, 1997, p. 46)

Paulo Freire não exclui o outro do processo de se *assumir*. Pelo contrário, é justamente na relação com o outro que o indivíduo torna-se quem é. O que ele critica é a imposição autoritária do outro. E para que um indivíduo *assuma* a sua própria identidade, ele não pode perceber a identidade do outro como sendo mais importante do que a sua. Os indivíduos, mesmo sendo tão diversos e diferenciados nas suas identidades sociais, precisam estar num patamar de igualdade e de horizontalidade. A igualdade se coloca justamente no direito que todos possuem de expressar livremente sua maneira de ser.

A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e arestosa, em que podemos ser mais nós, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem de *assunção* do sujeito é incompatível com o *treinamento pragmático* ou com o *elitismo autoritário* dos que se pensam donos da verdade e do *saber articulado*. (FREIRE, 1997, p. 47)

Na passagem acima, Paulo Freire critica a educação autoritária, onde os professores são donos da verdade. Quando se age assim, o educando é automaticamente colocado em um patamar inferior e torna-se mais difícil que venha a se *assumir* verdadeiramente.

O professor ainda é um ser superior que ensina ignorantes. Isso forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornado-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim

o seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação. (FREIRE, 1979, p. 38)

Mais uma vez, Paulo Freire faz uma relação direta entre a não hierarquização das relações no contexto da educação com a necessidade de todos serem sujeitos de sua própria ação educativa. Quando não existe essa “autonomia”, dificulta-se o processo de *assumir* sua identidade, por isso, ele diz que ela se perde. E nesse processo de se *assumir*, os indivíduos, nos diz Paulo Freire, se tornam também capazes de transformar o mundo ao seu redor. A “autonomia” não pode surgir, portanto, em uma relação vertical e a luta pela horizontalização na educação é também uma luta por uma *negociação identitária* mais democrática.

Dentro do processo da formação da “autonomia”, também é de fundamental importância o desenvolvimento da auto-estima. De forma prática e concreta, as apresentações realizadas pelo projeto podem ajudar os meninos e as meninas a terem orgulho de ser quem são.

Outro aspecto do trabalho desenvolvido pelo SER que demonstra sua preocupação como a “autonomia” é a utilização da categoria de “multiplicadores”. Através dessa categoria, os participantes podem se tornar também “educadores”, repassando o aprendido e os debates realizados. Pretende-se que transmitam não só as técnicas de circo, mas também as atitudes de “cooperação” e “respeito”, de modo a contribuir para uma “transformação” coletiva tanto quanto individual. O fato de se sentirem responsáveis pelo processo de ensino-aprendizado e de “transformação” contribui com a idéia de que deve existir uma relação entre iguais, onde todos aprendem e todos ensinam.

Apesar de a “autonomia” ser necessária para que a educação e a “transformação” ocorram, não se pode esquecer que o processo deve ser coletivo. A “reciprocidade” é, desta forma, de suma importância para o desenvolvimento de uma relação horizontal onde o “respeito” ao próximo leva à aceitação também de sua identidade.

Isso nos leva a pensar agora a categoria da “reciprocidade”. Segundo o SER, no seu texto “Metodologia do Circo Social do SER”, o princípio da “reciprocidade” “(...) independentemente da escolha que faça, (...) sempre terá que contar com o apoio e a complementaridade do trabalho de alguém.”

(METODOLOGIA..., p.4) A palavra complementaridade é interessante, pois possibilita a percepção de que não é possível alcançar a “transformação” sozinho. Por mais “autônomo” e crítico que seja um indivíduo, ele sempre precisa do trabalho de mais alguém para complementar o seu. A interdependência se faz presente e necessária.

Na observação das aulas de circo, muitos meninos e meninas participavam na busca e devolução de materiais, distribuindo o lanche e auxiliando algum colega a fazer as atividades. O clima de mútua ajuda pode ser fomentador da atitude de “reciprocidade”.

Uma outra ocasião importante para o desenvolvimento da “reciprocidade” se dá no momento da “roda”. A “roda” já foi discutida no capítulo anterior, mas se faz necessário ressaltar ainda a sua importância. Não existe “reciprocidade” sem a idéia de coletivo. E é no momento da “roda” que se pretende discutir assuntos relevantes à construção desse coletivo. Discute-se como as relações estão se desenvolvendo, caso existam brigas ou desacordos, como resolvê-los e também que regras vão tornar o convívio mais “harmonioso”. Esse último exemplo ilustra bem o quanto os participantes do SER possuem “autonomia” de participar das decisões coletivas. Como todos participam da elaboração das regras, é da responsabilidade de todos o envolvimento no seu cumprimento.

O desenvolvimento desta “reciprocidade” encontra eco nos “espaços de convivências” planejados pelo SER. Segundo a instituição, são espaços de “afetividade”, de “escuta” e de “possibilidades”. Não se pode dissociar a idéia de “reciprocidade” da “afetividade” e da “escuta”, pois são ambos importantes na construção do “respeito”.

A idéia de que exista “troca” nesses “espaços de convivência” parte de uma percepção de que as relações que se dão ali ocorrem entre iguais, nos lembrando que, para haver “reciprocidade”, é preciso haver relações horizontais.

Esses “espaços de convivência” são, portanto, ideais para a geração de *projetos* coletivos. Esses *projetos* nascem de uma *negociação* entre os presentes, na qual devem refletir tanto interesses pessoais trazidos através do exercício da “autonomia” quanto os do grupo, percebidos através do respeito mútuo e da “reciprocidade”. Para Gilberto Velho, o *projeto* é um dos elementos formadores da identidade. Então, a *negociação* presente nos “espaços de convivência” é também uma negociação identitária. Ele afirma ainda, como já foi anteriormente

citado, que a construção do *projeto* pressupõe a existência do outro. Então, levando esse conceito adiante, a construção da identidade também se dá no reconhecimento da alteridade.

A criação de um *projeto* coletivo, compartilhado por todos, possibilita pensar a “transformação”, ou, nos termos de Gilberto Velho, o *potencial de metamorfose*.

Os projetos como pessoas mudam. Ou as pessoas mudam através dos seus *projetos*. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente. (VELHO, 2003, p. 48)

Os *projetos* são flexíveis, podendo ser alterados ou redefinidos de acordo com os interesses dos envolvidos, mas o importante é perceber que eles auxiliam no afloramento da “transformação”. É justamente quando pensamos na dialética entre o indivíduo e seu meio social e na dialética entre “autonomia” e “reciprocidade”, que existe a possibilidade de se pensar em *metamorfose*. A “transformação” só pode ser possível quando os indivíduos se tornam sujeitos da sua própria história, ativos e “autônomos”, e quando esses sujeitos se unem num coletivo representativo de todos em busca desta “transformação”.

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*. (VELHO, 2003, p. 47)

No segundo capítulo, numa citação do projeto Dando Bola Para a Vida, existe uma lista de coisas a serem feitas e objetivos a serem alcançados pelo trabalho desenvolvido, no sentido de formular um *projeto* coletivo, nos quais estão incluídos a ampliação da capacidade de intervenção em políticas públicas, a luta pela garantia integral de acesso e direito a bens e serviços públicos e o desenvolvimento de alternativas de organização de trabalho. Portanto, a luta deve ser coletiva e deve ser para além da mera inserção no mercado de trabalho. Nos itens acima, pode-se perceber que faz parte do projeto a luta pela “transformação” do quadro no qual se está inserido. A “autonomia” não é só para os que participam diretamente no SER, mas para toda a “comunidade”.

Para Paulo Freire (1979, p. 60), transformar “implica, finalmente, o ímpeto de mudar para ser mais”. É uma frase que, apesar de encher de esperança, também deixa uma dúvida: o que é ser mais? Qual é o parâmetro de normalidade para que algo possa ser mais e outra coisa menos? Por mais que se busquem respostas, essas perguntas só poderão ser respondidas pelos próprios agentes sociais envolvidos nessa mudança. A possibilidade de ser mais tem que estar presente, para que cada indivíduo ou grupo possa ter seu próprio parâmetro para escolher o que exatamente é ser mais para eles. Daí a importância do desenvolvimento nos indivíduos da consciência e do valor de sua “autonomia” e da importância da relação de “reciprocidade” com o outro.

Paulo Freire coloca, em seu livro *Educação e Mudança*, que uma das características da consciência crítica é justamente reconhecer que a realidade é mutável. E, ao perceber que é mutável, saber que ele pode ser um agente dessa mutação. Se a realidade é criada pelo homem, também pode ser transformada por ele. Ele faz o contraste entre ser sujeito ou objeto da “transformação”. “O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso ninguém educa ninguém” (FREIRE, 1979, p. 28). Essa citação parece, a meu ver, corroborar com a fala de Cláudio⁷ em que ele diz que não pretendem mudar ninguém, os “impactos” do trabalho desenvolvido pelo projeto devem ficar a encargo das próprias crianças, adolescentes e da “comunidade”.

Portanto, não cabe à educação impor o processo de “transformação”, pois isso depende da “autonomia” de cada educando. A ela cabe a criação de situações onde a “autonomia” e a “reciprocidade” podem ser fomentadas e discutidas. E, a partir dessas duas atitudes, os educandos podem ter um alargamento do *campo de possibilidades* e do *potencial de metamorfose*. Desta forma, os indivíduos poderão escolher de forma autônoma, em relação com o coletivo, os seus *projetos* e construir suas identidades.

⁷ Ver a citação na página 73.